

## Abolicionistas e republicanos na série *Bons Dias!*, de Machado de Assis<sup>1</sup>

*Abolitionists and Republicans in the Bons Dias! series, by Machado de Assis*

**Wemerson Felipe Gomes**

Graduado em História

Centro Universitário de Belo Horizonte

wemersonfelipe10@gmail.com

**Recebido em:** 11/10/18

**Aprovado em:** 14/03/19

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar as dez primeiras crônicas da série *Bons Dias!*, publicadas originalmente na Gazeta de Notícias (RJ) entre abril e junho de 1888, buscando compreender as estratégias político-literárias adotadas por Machado de Assis para falar de questões polêmicas como Abolição, Abolicionismo, Escravidão, República etc., sem se expor demasiadamente. Para isso, além de apresentar a relação teórico-metodológica entre História e Literatura mediada pela escrita folhetinista, examinaremos a fortuna crítica machadiana e discutiremos os modos de ocorrência desses temas na obra. De modo geral, insistimos que Machado de Assis adota uma estratégia que descrevemos como um processo de operacionalização do “funcionamento [de um] sistema produtor de significação”, em que, em última instância, o autor não visa nunca oferecer respostas, mas questionamentos e problematizações em relação a determinados fatos e eventos que lhes são contemporâneos.

**Palavras-chave:** Machado de Assis; Abolicionismo; Crônicas.

**Abstract:** The objective of the article is to analyze the first ten chronicles of the series *Bons Dias!*, originally published in the Gazeta de Notícias (RJ) between April and June of 1888, looking for to understand political-literary strategies adopted by Machado de Assis to speak of controversial subjects as Abolition, Abolitionism, Slavery, Republic, etc., without exposing himself too much. For that, besides presenting the theoretical-methodological relationship between History and Literature mediated by the pamphleteer writing, we will examine the machadiana critical fortune and we will discuss the manners of occurrence of those themes in the work. In general, we insist that Machado de Assis adopts a strategy that we describe as a process of operationalizing the "functioning [of a] meaning-producing system," in which the author ultimately seeks never to

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão concisa da minha monografia de conclusão de curso. Agradeço ao meu orientador, Raul Lanari, pela paciência e dedicação, e a Cleber Cabral, que compôs a banca, pelos comentários e sugestões. Agradeço ainda ao parecerista anônimo pelas críticas pertinentes e pelas valiosas observações.

offer answers but questionings and problematizations with relation to certain facts and events that are contemporaneous to them.

**Keywords:** Machado de Assis; Abolitionism; Chronicles.

## Introdução

Joaquim Maria Machado de Assis é, para muitos, o autor matriz da literatura brasileira (ROCHA, 2013, p. 25). Nesse sentido, mesmo que temas como Abolição, Abolicionismo, República, escravidão e experiência afrodescendente no Brasil do século XIX, dentre muitos outros, sejam recorrentes na crítica especializada, a diversidade e complexidade das obras de Machado fazem com que sua literatura permaneça sempre aberta a novas leituras e interpretações.

Dessa forma, se por um lado, durante muito tempo, a sugestão de um pretense absentismo machadiano atuou como eixo norteador de várias críticas e interpretações sobre sua vida e obra; por outro, essa imagem é cada vez mais difícil de se sustentar. A complexificação das análises da obra de Machado, a utilização de novos instrumentos teórico-metodológicos e o cruzamento de fontes diversas vem implicando num intenso processo de “imersão densa” em sua literatura, numa articulação dinâmica e criativa com o seu tempo. Quer dizer, cada vez mais se tem buscado diferenciar na obra machadiana os simples atos involuntários das inúmeras piscadelas.

Consequentemente, tendo em vista obras como as de Roberto Schwarz, John Gledson e Eduardo de Assis Duarte, hoje novas perspectivas analíticas é que atuam como balizadoras das tentativas de compreensão da complexidade que caracterizou aquele tempo e o lugar a partir do qual Machado fala e problematiza determinadas questões. Ou seja, mais importante do que questionar certo retraimento de Machado na campanha abolicionista, por exemplo, o esforço tem sido de identificar as estratégias político-literárias adotadas por ele para falar de temas polêmicos sem se expor demasiadamente, como era de seu feitio.

Portanto, o que nos interessará particularmente aqui é compreender como o “aparente distanciamento” de Machado de Assis de questões como Abolição, escravidão, experiência afrodescendente etc., implica não em uma postura absentista, mas sim em um processo de operacionalização do “funcionamento [de um] sistema produtor de significação” (BARTHES, 2007, p. 8), em que, em última instância, o autor (no caso, Machado) não visa nunca oferecer respostas, mas perguntas, questionamentos e problematizações em relação a determinados fatos e

eventos que lhes são contemporâneos e que muitas vezes ou são naturalizados ou ingenuamente analisados pelos sujeitos implicados naquele tempo. Para John Gledson (2003, p. 139), nesse sentido, a “compreensão machadiana da história, ou dos fluxos dos acontecimentos, era mais aguda que a dos seus leitores”. A análise atenta das 10 (dez) primeiras crônicas da série *Bons Dias!*, publicadas na *Gazeta de Notícias* entre abril e junho de 1888 – ou seja, contemporâneas à Abolição –, nos permitirá, em alguma medida, ter acesso às impressões e conjecturas de Machado em relação a esses dilemas centrais na dinâmica política de seu tempo.

No entanto, se insistimos aqui na volta do evento (Abolição), como faria uma historiografia mais tradicional, isso não implica, de nenhum modo, na volta do fato como uma verdade histórica. Compreender o olhar machadiano em relação a esses acontecimentos e as estratégias adotadas por ele, sobretudo através de suas crônicas, consiste em reconstruir as intrincadas relações que esses escritos estabeleciam com seu tempo, i.e., entre o autor, narrador e quem os lê e a sociedade de modo geral. Nessa lógica, a postura de Machado diante desses assuntos explicita tanto sua forma particular de lidar com esses eventos, vinculada à sua experiência e a seu horizonte de expectativas, como também diz alguma coisa dos impasses e conflitos que caracterizaram aquela sociedade.

A crônica nos aparecerá, portanto, como um gênero propício para se explorar essas questões. Sobretudo por que, enquanto gênero literário, ela se constitui, justamente, nas interseções entre fato e ficção, entre aquilo que é informação e o que é invenção, ou seja, “o cronista é o poeta ou o ficcionista do cotidiano” (MOISÉS, 1982, p. 104); ele lida, necessariamente, com a transposição do fato para a imaginação, onde cria narrativas verossímeis. A visualização de eventos mediada pela subjetividade de um autor é o que, num certo sentido, caracteriza a escrita folhetinista. A literatura possibilita, assim, um olhar privilegiado em relação à sensibilidade de um tempo, i.e., “a possibilidade de atingir aquela ‘sintonia fina’ que permita [ao historiador] captar o passado de outra forma” (PESAVENTO, 1996, p. 109).

Em se tratando de um escritor com um domínio de texto e uma sensibilidade artística como o “Bruxo do Cosme Velho”, essas dimensões são potencializadas. Para John Gledson (2003, p. 34), por exemplo, “Machado criava obras cujas tramas [eram] determinadas por verdades históricas, das quais ele estava plenamente consciente”. Para Sidney Chalhoub (2003, p. 17), “ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX”. Roberto Schwarz (1981, p. 30) complementaria dizendo, como também sugere o subtítulo de seu livro:

“forma literária e processo social”, que o mecanismo social brasileiro é, ele próprio, um “elemento interno” na obra machadiana. Dessa forma, a despeito de um pretense absentismo machadiano, já superado pela crítica especializada, pensar Machado de Assis e seus escritos numa articulação crítica com “seu tempo e seu país” é um exercício absolutamente profícuo e faz com que um novo Machado de Assis seja descoberto: “Enfatizo a palavra ‘descobrimo’ – não se trata de uma invenção, uma criação deliberada de um Machado de alguma maneira mais adequado ao nosso próprio tempo, mas uma descoberta de algo, de alguém que já está ali” (GLEDSON, 2006, p. 10).

Em vista disso, é notável a atividade de Machado na imprensa carioca. Sua atuação data de meados da década de 1860 e vai até quase o final de sua vida. Em quase 20 anos de contribuições na *Gazeta de Notícias*, por exemplo, Machado publicou, além de 56 contos (dentre os quais *O Espelho*, *Singular Ocorrência* e *Teoria do Medalhão*), 475 crônicas, como as da série *Gazeta de Holanda* (de 1886 a 1888), as 49 crônicas da série *Balas de Estalo* (produção coletiva, de 1883 a 1886), o mesmo número em *Bons Dias!* (de 1888 a 1889) e as 284 crônicas d’*A semana* (de 1892 a 1897).

O que se vê é uma intensa atividade jornalística levada a cabo por Machado, sobretudo através de suas crônicas. No entanto, devido a seu apego ao cotidiano e às anedotas políticas, essas crônicas frequentemente são tidas como um gênero menor, sem importância, e foram, durante muito tempo, deixadas à margem pelos pesquisadores. Embora críticos como Antônio Cândido atribuam certa positividade ao caráter relativamente restrito da crônica em relação às suas irmãs de expressão artística mais sofisticada (romances, poesia etc.) (CÂNDIDO, 1992, p. 11-22), não raro, sobretudo em Machado de Assis, as crônicas visivelmente apresentam um intrincado processo de composição estética; que, quando articuladas com seu contexto sócio-político, nos revelam um olhar sensível em relação à sociedade daquele tempo.

Por outro lado, é vital perceber também como a escrita folhetinista de Machado reflete na produção da chamada “segunda fase”. A utilização de enredos descontínuos, de uma ambiguidade lexical e semântica que deixa o sentido da narrativa o mais aberto possível, a aparente trivialidade dos temas são, claramente, elementos que Machado deriva das crônicas e incorpora nos seus romances. Com isso, se desde pelo menos Helen Caldwell (1960) é com alguma suspeita que se lê os romances de Machado, essa mesma atitude deveria ser (e felizmente vem sendo) adotada em relação às suas crônicas. Mais do que um simples “ganha pão”, esses escritos se constituem enquanto uma articulação criativa e dinâmica com o mundo.

Desse modo, é dialogando com textos clássicos de autores como John Gledson, Roberto Schwarz, Roland Barthes e Sidney Chalhoub e com jovens pesquisadores cujas dissertações têm seguido o caminho, nem sempre tranquilo, dos mestres, é que buscaremos construir e discutir algumas ideias e hipóteses – como, por exemplo, se teria Machado, de fato, articulado alguma opinião em relação à Abolição em suas crônicas; se sim, como se deram, que estratégias utilizou; que outros processos políticos Machado visualiza; o que, nesses escritos, podem interessar ao historiador; e, por fim, verificar como funciona o que chamamos de “sistema produtor de significação” machadiano e suas implicações.

### **História, Historiografia e Literatura em Machado de Assis**

Como dito, durante muito tempo a sugestão de um pretense absentismo machadiano atuou como eixo norteador de várias críticas e interpretações sobre a vida e obra de Machado de Assis. Tanto é assim, que mesmo em críticos e literatos contemporâneos de Machado, como Sílvio Romero e Hemetério José dos Santos, quanto nos pósteros, essa hipótese aparece com a força destruidora de uma realidade.

Como esclarece Marta Passos Pinheiro, citando Brito Broca, “logo após sua morte, [ele] foi acusado, por Hemetério José dos Santos, na *Gazeta de Notícias* de 29 de novembro de 1908, (...) de haver renegado suas origens, (...) ao manter-se alheio ao problema da escravidão” (BROCA, 1992, p. 241, apud PINHEIRO, 2012, p. 133). O autor de *Fructos Cadivos* (1919) – vale destacar, um dos mais importantes intelectuais negros do país –, continua afirmando que “a sociedade carioca não seria aquela descrita por Machado de Assis em romances como *Memórias Póstumas de Brás Cubas*”. (BROCA, 1992, p. 241, apud PINHEIRO, 2012, p. 133)

Outro contemporâneo que apontou o absentismo de Machado foi Sílvio Romero. Em 1897, o crítico sergipano publicou *Machado de Assis: estudo comparativo da literatura brasileira*. Nesse livro, Romero pretendeu estudar Machado de Assis à “luz de seu meio social, da influência de sua educação, de sua psicologia, de sua hereditariedade fisiológica e étnica, mostrando a formação, a orientação normal de seu talento” (ROMERO, 1992, p. 79). Embora dissesse não querer demolir a glória de Machado, mas sim fazer “uma pequena redução de seu culto”, o ataque saiu feroz. Como sugere Alberto Luiz Schneider, mesmo quando Sílvio Romero elogiava o estilo do escritor fluminense – “parece que honro Machado de Assis, quero dizer, rendo-lhe a homenagem de que é merecedor, como príncipe do estilo entre nós” (ROMERO, 1992, p. 117; 129) – “tratava-se, na

verdade, de uma crítica, pois servia para representar um Machado alheio à luta política e social” (SCHNEIDER, 2016, p. 59). Schneider (2016, p. 60) complementa dizendo que,

sem muita sutileza, como lhe era característico, Sívio Romero assentava no colo de Machado a imagem do mulato pernóstico, afrancesado, com afetação de erudição e finura, incapaz de aceitar o seu lugar na sociedade.

Depois desses, muitos outros apontaram o absenteísmo machadiano. Dentre os críticos e biógrafos que contribuíram com a construção desse perfil de Machado de Assis, Eduardo de Assis Duarte (2007, p. 9) destaca, por exemplo, Mario Mattos (1930), Lúcia-Miguel Pereira (1936) e Augusto Mayer (1952). De todo modo, como insiste ainda Duarte (2007, p. 9),

é preciso destacar que o perfil de indiferente ou de omissor perante os problemas de seu tempo é antes de tudo, uma *leitura* e, como tal, uma *construção*, fruto do processo de recepção literária, e sujeito a contestações inúmeras.

Nesse sentido, o quadro analítico da obra machadiana começa a mudar definitivamente na década de 1970. Em 1974, Raymundo Faoro publicou *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. A obra é um esforço considerável do historiador de ver a obra machadiana à luz de seu tempo. No entanto, dada a pouca distância temporal da publicação daquele que talvez seja o livro mais importante de Faoro, *Os donos do poder* – publicado em 1958 e com uma segunda edição em 1975 –, a tendência visualizada é aquela segundo a qual “a ficção de Machado deveria espelhar a estrutura do Brasil imperial desvendada pelo cientista político de amplo horizonte que foi Raymundo Faoro” (BOSI, 2004, p. 355). Embora, como lembra Alfredo Bosi (2004, p. 355), seja importante “um mínimo de cautela metodológica” para ler Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis, é razoavelmente fácil perceber os pontos de contato entre as obras. Faoro vê em Machado de Assis o homem que “desvenda o quadro social do Segundo Reinado” (FAORO, 1976, p. 485), mas o faz de modo tímido, sombreado, “emparedado nos preconceitos e na perspectiva do seu tempo” (FAORO, 1976, p. 485). É como se Machado caminhasse tateando “o terreno, passo a passo, avançando e recuando” (FAORO, 1976, p. 485). É o distanciamento do historiador e uma interpretação consistente da história do Brasil (como a apresentada em *Os donos do poder*) que traria nitidez e profundidade ao esfumado retrato machadiano. Como mostra John Gledson (2006), embora seja notável a leitura que Faoro faz da obra de Machado, parece ser, em grande medida, a voz de Faoro e não a de Machado que escutamos.

A contribuição de Roberto Schwarz avança alguns passos no debate. Em 1977, o crítico publicou *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. O próprio título do livro nos indica a perspectiva geral da obra: forma literária e processo social. Quer dizer, foi ao voltar-se para o texto, em articulação dinâmica com os processos sociais que lhe eram contemporâneos, que a crítica passou a ver Machado não como um absenteísta, mas sim como alguém atento às dimensões sociais e políticas de seu tempo. Para João Cezar de Castro Rocha (2013, p. 31), por exemplo, “A contribuição do autor de *Um mestre na periferia do capitalismo* tornou obsoleta uma tradição crítica que insistia em assinalar o pretense absenteísmo machadiano como marca de sua visão de mundo e de sua literatura”.

O trabalho de Schwarz reverberou em vários outros pesquisadores. John Gledson é explícito quando comenta a importância de Schwarz para a transformação de seu modo de ler a obra machadiana. O seu *Machado de Assis: ficção e história*, resultado dessa influência, foi publicado em 1986. Nesse livro, o crítico inglês desenvolve o conceito de Realismo Enganoso: “ou seja, está oculto do leitor, de maneira que se torna necessário ler nas entrelinhas para entender o romance” (GLEDSON, 2003, p. 23).

A partir de então, muitos outros estudos passaram a considerar a complexidade da relação de Machado de Assis com seu tempo e com o público leitor. Contudo, como sugerimos nessa breve revisão historiográfica, a compreensão do caráter melindroso da escrita machadiana – e conceitos como “Retórica da Verossimilhança” (SANTIAGO, 2000), “Poética da Dissimulação” (DUARTE, 2007), “Capoeira Literária” (DUARTE, 2009), “Poética da Emulação” (ROCHA, 2013), traduzem, em parte, essa dimensão – associada a um olhar atento em relação ao tempo de Machado e a outras fontes, potencializaram uma leitura mais ampla da obra e da atuação de Machado na cena pública. Em *Machado de Assis, historiador* (2003), de Sidney Chalhoub, por exemplo, embora outras fontes sejam mobilizadas – como jornais, processos civis e documentos da Secretaria de Agricultura –, são as obras de Machado (*Helena, Iaiá Garcia, Memórias Póstumas de Brás Cubas*) que oferecem de forma mais clara as possibilidades de compreensão das dinâmicas daquele tempo pela ótica de Machado. Em *Machado de Assis: afro-descendente* (2007), Eduardo de Assis Duarte reconhece na obra machadiana as “manifestações de afro-descendência, expressas sobretudo nos posicionamentos textuais a respeito da escravidão e das relações inter-raciais existentes no Brasil do século XIX” (DUARTE, 2007, p. 7).



Nesse sentido, mesmo em uma análise histórica, como é o nosso caso, é a literatura (como “documento”, mas também como trabalho com a linguagem), junto a outras fontes disponíveis, que deve ser privilegiada. O contrário disso pode implicar em um processo em que o historiador acabe projetando na fonte o que já sabe, e não explorando a potencialidade única da literatura enquanto fonte histórica. Sandra Pesavento (1996) explorou essa tensão entre Literatura e História. Para ela, os historiadores são, sem dúvida, leitores especiais, i.e., se por um lado não estão interessados unicamente na fruição estética e no prazer da leitura; por outro, geralmente, também não se interessam (apenas) pelos aspectos intrínsecos à obra. Não obstante, a literatura, tomada pelos historiadores enquanto fonte, se apresentaria de forma igualmente especial, ou seja, não seria razoável pressupor que historiadores lessem literatura como frequentemente leem as fontes tradicionais; ou, em outras palavras, pensar na literatura apenas “como uma fonte a mais que corrobore e comprove as evidências de um quadro mais amplo de referências sobre uma época dada” (PESAVENTO, 1996, p. 108). A literatura, insiste Pesavento (1996, p. 109), não é um “mero dado ou documento”.

Em um autor como Machado de Assis essas dimensões são ainda mais presentes. Sergio Paulo Rouanet, por exemplo, afirma na introdução ao tomo III das *Correspondência de Machado de Assis* (2011), que “Machado não falava tampouco de política brasileira. Quando fala de política, é para dizer que não falará de política” (ASSIS, 2011, p. 16). Embora seja discutível a rigidez do enunciado, ele expõe a dificuldade, provocada talvez de modo deliberado pelo próprio Machado, em articular sua atuação enquanto “intelectual” explicitamente engajado nas dinâmicas político-sociais de seu tempo. Mesmo que esses silêncios possam ser lidos a contrapelo e por vezes digam mais do que se espera, é com cautela que eles devem ser preenchidos. Nesse sentido, nos parece que atuação de Machado nos debates públicos do Brasil do século XIX se dava, sobretudo, através de sua literatura – e é para ela, pelo menos neste trabalho, que nossos olhares serão dirigidos.

### **A Gazeta de Notícias**

*Bons Dias!* foi, ao que parece, uma série extremamente popular em seu tempo. Prova disso é que “toda as vezes que ele [Boas Noites/Policarpo/Machado<sup>2</sup>] encetava a seção, aumentava a

---

<sup>2</sup> A série, como era bastante comum naquele tempo, era publicada de forma anônima. Esses são os narradores ou pontos de vistas ficcionais que Machado mobiliza para construir suas narrativas. De qualquer modo, existe um intenso



tiragem” (GLEDSON, 2003, p. 149). A *Gazeta de Notícias*, periódico com o qual Machado contribuiu durante quase vinte anos, foi fundada em 02 de agosto de 1875, por José Ferreira de Sousa Araújo. Em pouco tempo, ela se tornou um dos jornais mais populares do país, com uma tiragem de 24.000 exemplares.

Isto posto, tem-se que o principal objetivo do periódico era, explicitamente, a luta pela abolição da escravatura e pela instauração do modelo republicano. Para tanto, Ferreira de Araújo reuniu uma equipe que incluía figuras de destaque, como Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e José do Patrocínio. O jornal com o qual Machado contribuía era, portanto, um órgão republicano e abolicionista. Dessa forma, é razoável pressupor que o público para o qual Machado se dirigia não só esperava opiniões críticas à instituição escravidão, como também via na República uma saída óbvia para os dilemas do país. Ter em mente que Machado se dirige, em grande medida, a Abolicionistas e Republicanos é vital para compreender como ele organiza sua série de forma a provocar os leitores.

### **A sutileza como critério estético-político<sup>3</sup>**

A primeira crônica da série *Bons Dias!*, publicada em de 5 de abril de 1888, começa com um breve comentário sobre um discurso realizado no Clube Beethoven, onde se comemorava a posse do então deputado Antônio Ferreira Viana (1833-1903) como Ministro da Justiça (1888-1889) do gabinete de João Alfredo (1835-1919). Embora não acrescente mais informações, ninguém ignoraria, na época, que o tal discurso, publicado parcialmente na *Gazeta de Notícias* do dia 25 de março, era o que o Ministro anunciava que a escravidão seria abolida em pouco tempo e sem qualquer indenização aos senhores de escravos (ASSIS, 1990, p. 35).

A série começa, portanto, num momento em que a abolição da escravidão era uma questão de tempo, a despeito de ainda existirem resistências e questionamentos sobre se ela seria completa ou com prestação de serviço obrigatório, com indenização ou sem. À vista disso, não nos parece que a referência ao Clube Beethoven e ao Ministro Ferreira Viana, logo na primeira crônica da

---

debate sobre o papel do narrador em *Bons Dias!*. No entanto, não nos deteremos nesses aspectos. Para mais informações, ver, por exemplo: CHALHOUB (2009); BETELLA (2006); GLEDSON (2006); SOARES (2010).

<sup>3</sup> Devo a percepção da sutileza enquanto critério estético na obra de Machado de Assis a Élide Valarini Oliver: “Para um autor que valoriza a sutileza enquanto um critério estético, nada poderia ser mais gritantemente desnecessário do que as descrições naturalistas de Eça do que se passava entre Luísa e seu primo Basílio no paraíso.” (OLIVER, 2006, p. 156).

série, sejam gratuitas. Do ponto de vista da construção da crônica, o tema é utilizado para justificar a ausência de programa da série, geralmente apresentada nos primeiros textos pelos autores. Nas palavras do narrador: “Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado” (ASSIS, 2009, p. 35).

Essa imagem inicial construída por Machado, mobilizando um ponto de vista ficcional que, contudo, não se confunde consigo próprio, é interessante por pelo menos dois motivos. Por um lado, como é sabido, a opção pela sutileza (esse “fazer calado”) e uma leitura estrutural em detrimento de um debate mais franco e militante, é o que, num certo sentido, caracteriza a escrita machadiana. No entanto, embora pareça uma estratégia conformista, esse critério estético pautado pela sutileza, desenvolvido por Machado também em outros lugares, somado às especificidades da crônica enquanto gênero literário, potencializam a capacidade de produção de significação a partir da experiência de leitura. Desse modo, não expor logo de cara os objetivos da série implica em uma estratégia em que se desloca para o leitor a tarefa de construir em articulação com o contexto os significados esboçados através de vestígios espalhados pelo narrador nos textos da série. Soma-se a isso, ainda, o caráter descontínuo e relativizador, constitutivos do gênero, mas que Machado desenvolve magistralmente. O efeito conseguido é uma coerência e beleza estética seguida de um viés absolutamente crítico – que, todavia, se manifesta de forma dissimulada e assimétrica no decorrer da série.

É nesse sentido, como também sustenta Betella (2006, p. 18), que essas “crônicas oferecem um panorama político-social e poderiam instigar à reflexão sobre as verdades e as mentiras dos grandes acontecimentos, como a abolição e o sentimento de filantropia que a rodeia”. Para Ivanete Soares (2010, p. 41), nessa mesma perspectiva, o autor de *Bons Dias!*, ao adotar determinadas estratégias discursivas, como, por exemplo, o multiperspectivismo, a transição temática e o acentuamento de um processo de “ficcionalização dos participantes da enunciação”, estimula “a participação interpretativa e interventiva do público leitor”. É, de certo modo, essa articulação entre narrador, narratário e leitor, imbricada no processo de construção do texto, que Machado mobiliza para brincar com a capacidade (e com as possibilidades) de leitura de seu público: “Alguns não me compreendem (por que há muito burro neste mundo)” (ASSIS, 2009, p. 57).

Assim, já no primeiro parágrafo da crônica, Machado nos apresenta, senão os temas, pelo menos a perspectiva (estética, mas também política) que norteará a série. Também política porque

a referência ao Clube Beethoven e a sugestão de que o melhor mesmo é fazer calado, indicam não só a estratégia discursiva através da qual Machado falará sobre essas questões (dissimulação e sutileza, mediada por um ponto de vista ficcional ambíguo), mas também possui implicações práticas (políticas e sociais), já que, de fato, desde pelo menos 1885, os debates em torno da abolição se acirraram com a adoção de estratégias violentas por parte do movimento abolicionista e do Gabinete Cotegepe (1885-1888).

Dessa forma, embora um tanto deslocada de seu significado material, a referência explícita, sub-repticiamente, esse momento tenso da campanha abolicionista. Isso acontece por que o discurso no Clube Beethoven (citado por Machado) suscitou reações agressivas por parte do movimento contrário, i.e., dos escravocratas. Na crônica do dia 27 de dezembro de 1888, ou seja, alguns meses depois do início da série, o narrador retoma esse mesmo contexto hostil, agora focalizando o movimento republicano – que, como lembra Ângela Alonso (2017), quase que sobrepunha ao movimento abolicionista: “Há dias, a gente que saía de uma conferência republicana foi atacada por alguns indivíduos” (ASSIS, 2009, p. 145).

Nesse sentido, os temas e assuntos desenvolvidos por Machado no decorrer das crônicas, por mais que aparentem certo distanciamento, não deixam de ser uma forma de se posicionar politicamente em relação a essas questões centrais na dinâmica político-social do seu tempo. Assim, seria possível sustentar que em relação à Abolição, República etc., Machado de Assis adota a estratégia (estética e política) do “fazer calado”, mas fazendo. Quer dizer, embora esta seja, num certo sentido, uma estratégia conformista (por que não a do enfrentamento direto e panfletário), ela se justifica, em parte, em um ambiente tenso como o que caracterizou aqueles anos. Machado sinaliza a um só tempo que participará desses debates e que dialogará com seu contexto, mas, também, que o fará de forma dissimulada, deixando frases em suspenso para que seu o leitor complete ou infira o(s) sentido(s) possível(is): “Com sutileza, o narrador está fustigando leitores a prestarem mais atenção em verdades e anormalidades cordialmente aceitas, cujo fundo nebuloso não é bem entendido” (BETELLA, 2004, p. 18).

### **Abolição, Abolicionismo e República em *Bons Dias!***

Como dito, a Abolição (na verdade o contexto tenso que caracterizou a terceira etapa da campanha Abolicionista) já aparece de modo um tanto dissimulada na primeira crônica da série. Ainda nessa crônica (em 5 de abril de 1888), como na seguinte, o tema central é, como mapeado

por John Gledson (2006, p. 150-160), “o paradoxo da escolha de um governo conservador para promover o que era, em essência, uma medida liberal: a abolição da escravidão”.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo? (ASSIS, 2009, p. 36-37)

Nesse trecho, Machado mobiliza alguns artifícios discursivos para apresentar de modo sutil, embora mordaz, uma primeira provocação em relação ao processo político da abolição, a saber: a ironia e metáfora. Nessa perspectiva, o processo de metaforização do evento político da subida e descida dos gabinetes acentua, de certa forma, o caráter irônico e problematizador do enunciado machadiano.

O Partido Liberal (PL), de fato, desde Sinimbu (1878), se mantinha no poder. Apesar disso, devido a questões internas e conjunturais, mesmo com alguns “avanços” como a Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, e a plataforma de governo do gabinete Dantas (1885), o PL não havia conseguido realizar o que, para muitos, era uma medida essencialmente liberal: a Abolição. Com isso, explica-se o começo do trecho citado: o PL estava pronto para sair, ou seja, fazer a Abolição, mas faltava-lhe o chapéu, i.e., uma liderança capaz de mobilizar os setores mais retrógrados do PL em articulação com o sistema político e com as elites econômicas, coisa que Dantas e Saraiva, em alguma medida, se dispuseram a fazer. Entretanto, faltava também acertar os relógios (dentro do próprio PL e entre o PL e a regente, que indicava os ministros). Mas “o carro do paço [passou] com outra pessoa” (ASSIS, 2009, p. 37). Ou seja, depois de mais de dois anos de um governo conservador contrário a abolição (gabinete do Barão de Cotegipe), outro conservador é indicado para o cargo de chefe de gabinete com o objetivo específico de fazer a abolição: João Alfredo (1835-1919). O desacerto entre os relógios, quer dizer, entre aquilo que seria natural pressupor (a abolição feita pelo PL) e o que de fato houve, foi o que motivou o narrador a se tornar cronista; diz ele: “Foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos” (ASSIS, 2009, p. 37).

Outro elemento importante a ser destacado nessa passagem é a identificação, por parte do narrador, de que tanto Dantas como Saraiva eram “ambos da chapelaria Aristocrata” (ASSIS, 2009, p. 36). Para John Gledson (2003, p. 159), Machado percebera bem que na verdade a escravidão era

uma demanda demasiadamente profunda para ser abolida por uma lei. Daniel Piza (2005), ao analisar a crônica do dia 11 de maio de 1888, que comentaremos mais à frente, insiste que, para Machado, “os monarquistas que apoiavam a abolição o [fizeram] por necessidade de lucro e os republicanos por vontade de assumir o poder”. Embora um tanto exagerada, a hipótese de Piza explicita bem os diversos interesses imbricados na Abolição e, ainda, a mobilização, em várias arenas de debates, dos escravocratas.

Para Ângela Alonso (2017, p. 390), a atuação do movimento de resistência à abolição era ainda muito forte: “Os escravistas brasileiros se organizaram em clubes da lavoura, no interior dos partidos, sobretudo o Conservador, e criaram uma rede de resistência forte, nacional e de longa duração à Abolição”. Desse modo, como demonstra Chalhoub (1990; 2003), o esforço de Machado foi, também, o de expor o caráter cômico de certa postura aristocrática que, a contragosto, visava tomar os rumos (ao menos simbólicos) do processo de abolição. Nessa lógica, o problema colocado por essa crônica ao leitor é que a escravidão, que é um modo de dominação oligárquica, seria substituída (ausente medidas efetivas de inserção dos ex-escravizados na sociedade) por outra forma de dominação oligárquica: o mercado de trabalho (GLEDSON, 2003, p. 149). De modo ainda seminal, Machado começa a indicar a possibilidade de que as continuidades marcassem mais que do que as rupturas. Nas crônicas seguintes, dos dias 19, 20-21 de abril, 27 de maio e 26 de junho, essas questões serão retomadas através da tematização dos bastidores da Lei Áurea e de algumas das consequências da Abolição (BETELLA, 2006, p. 67).

Na crônica subsequente, do dia 12 de abril de 1888, o tema é, como na anterior, a ausência de princípios dos partidos políticos imperiais: “- Estou a ver que reprove o fato de estar o Partido Conservador com ideias liberais...? Interrompe-me o leitor” (ASSIS, 2009, p. 42). Depois de dizer que nos países velhos (no caso a Inglaterra) “os partidos políticos podem pegar algumas ideias alheias” (ASSIS, 2009, p. 42), o narrador novamente é questionado:

- Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa?
- Porque nos países novos há em geral poucas ideias. Supunha uma família com pouca roupa; se o Chiquinho vestir o meu rodaque, com que hei de ir à missa?
- Diga-me, porém...
- Não lhe digo mais nada (...) (ASSIS, 2009, p.43)

A ausência de princípios e de ideias que de fato norteassem a ação política dos partidos e dos partidários é um tema permanente na escrita folhetinista machadiana. A ironia do argumento é um questionamento sobre quais são os princípios liberais, já que todas as principais medidas abolicionistas – como a abolição do tráfico em 1850 (Eusébio de Queiroz) e a Lei do Ventre Livre em 1871 (Rio Branco) – foram realizadas por conservadores. Com isso, se reformulássemos a frase (“Se Chiquinho vestir o meu rodaque ...”) ela ficaria mais ou menos assim: “se os conservadores aprovam medidas liberais, o que liberais hão de fazer?”.

Na crônica do dia 4 de maio de 1888, o tema da ausência de princípios políticos é aprofundado através da focalização da “política complicadíssima” do Ceará. O narrador planejava assistir a abertura da câmara, em 3 de maio – coisa que não pôde fazer pois estava constipado –, e lá tentaria travar um debate com o senador cearense Castro de Carreira sobre os partidos do Ceará. Dada à impossibilidade do encontro, o narrador então imagina um diálogo:

- Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
- Com efeito...
- Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.
- Dois em quatro.
- Quatro em dois.
- (...)
- Justamente.
- Não é?
- Claríssimo. (ASSIS, 2009, p. 54)

Os temas são apresentados de modo escorregadio e nem sempre é fácil percebê-los com clareza. O caráter truncado e sem sentido do diálogo visa reforçar a ausência de sentido da própria constituição de partidos políticos sem princípios norteadores. Para John Gledson, ninguém na corte, provavelmente, se importava com a política do Ceará e “seus partidos dentro dos partidos”. No entanto, “o assunto é uma plataforma para o ataque machadiano aos políticos que agiam seguindo todas as normas, menos os princípios que, entretanto, supostamente os guiavam” (ASSIS, 1990, p. 53). O diálogo continua e o narrador pede a Carreira notícias “mais individuais dos grupos Aquirás e Ibiapaba”:

- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, como um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudiu com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns – ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo; mas o que é que os separa?
- Os princípios. (ASSIS, 2009, p. 54-55)

Aquiraz e Ibiapaba são grupos políticos que, grosso modo, corresponderiam aos conservadores e liberais no âmbito da política cearense. O narrador passa a questionar quais seriam, de fato, as diferenças entre os dois partidos locais. O questionamento é pertinente, já que, argumenta o narrador, os Aquiraz, que são um “troço liberal”, tomavam conta da mesa, ou seja, estavam no poder; mas os Ibiapaba acudiram “com outro troço liberal”, i.e., embora conservadores mobilizaram estratégias liberais – provavelmente em favor da abolição. Segundo Carreira, que foi mesmo senador pelo Ceará de 1881 até o fim do Império, as diferenças seriam os princípios. Os princípios apresentados pelo senador são a educação e a preocupação com o bem da província, que, não obstante, questiona novamente o narrador, não configuram princípios políticos capazes de apontar grupos específicos e antagônicos (Conservadores e Liberais). O senador apresenta então um argumento retórico, talvez muito comum naquele tempo, dada “complicadíssima política” do Brasil: “Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...” (ASSIS, 2009, p. 55).

A utilização de argumentos retóricos, de ambos os lados, sobre várias questões, era talvez o que mais incomodava Machado. Se por um lado a Abolição parecia um progresso (e de fato foi), ela avançava sem fazer cicatrizar as feridas abertas. Essas feridas eram, naturalmente, as marcas causadas por séculos de organização social pautada pelo trabalho escravo. Nesse sentido, o processo de silenciamento das questões envolvendo a escravidão nos anos seguintes é absolutamente significativo. Mailde Trípoli (1997), em *Imagens, Máscaras e Mitos*, percebe bem a retomada de Machado desses temas já no século XX. Comentando a queima dos documentos



referentes à escravidão por Rui Barbosa, através do Conselheiro Aires, em *Memorial de Aires* (1908), Machado afirma:

Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia. A poesia falará dela, particularmente naqueles versos de Heine em que o nosso nome está perpétuo. (ASSIS, 1997, p. 31).

Essa última frase é significativa também no sentido de compreender a centralidade da literatura na perspectiva analítica machadiana. Embora “os atos particulares, escrituras e inventários” (ASSIS, 1997, p. 31) não deixem fazer esquecer a escravidão, é na poesia que essa lembrança se perpetua.

Por outro lado, como veremos na crônica do dia 27 de maio de 1888, também os republicanos mobilizavam argumentos retóricos. A ideia de que a República resolveria todos os problemas era, nesse momento, bastante mobilizada. No capítulo 49 de *Esauí e Jacó* (1904), Machado retoma esse debate de modo irônico, através da famosa cena da Tabuleta da Confeitaria do Custódio. De modo geral, o sentido da cena é que “pintura nova em madeira velha não vale nada” (ASSIS, 1998, p. 119), quer dizer, uma mão de tinta ou um novo regime político não resolvem problemas estruturais de longa duração.

Já na crônica do dia 19 de abril de 1888, o tema central é um empréstimo contraído pelo governo para realizar “reformas indispensáveis” (a Abolição, entre elas) e uma reunião no Banco Predial “para tratar dos escravos, que lá estão hipotecados” (ASSIS, 1990, p. 47). Como explica John Gledson, o Banco Predial “era um banco de ‘credito real’, destinado principalmente a facilitar a transição da escravidão para o trabalho livre. Possuía muitos escravos que lhe tinham sido hipotecados, sobretudo na província do Rio” (ASSIS, 1990, p. 47). Entre os discursos realizados no encontro, o narrador destaca um, o do Sr. José Luís Fernandes Vilela, que declarou que “tudo aquilo era uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos” (ASSIS, 2009, p. 47). O narrador, com a educação e delicadeza de sempre, diz:

Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas, como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que retifique o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios o são. Estão prontos a jura-lo (...). (ASSIS, 2009, p. 48)

A passagem explicita bem algumas questões importantes no debate sobre a abolição que eram desconsideradas ou não analisadas com a profundidade necessária. O argumento segundo o qual não havia escravos no Brasil era largamente utilizado pelos escravistas que, sobretudo depois da Lei do ventre Livre (1871) e da Lei dos Sexagenários (1885), afirmavam que não havia necessidade de se abolir a escravidão, pois esta, ou não existia ou não duraria muito tempo. Todavia, para Ângela Alonso (2017), ao contrário do que se convencionou pensar, o sistema escravista, mesmo do ponto de vista econômico, ainda duraria muitos anos. Foi justamente a atuação do movimento abolicionista e a presença desse debate no espaço público, que potencializaram a desarticulação do sistema. Assim sendo, não só existiam escravos no Brasil (mais de 600.000 pessoas) como o sistema poderia, sim, continuar ainda por muitos anos.

Outro argumento utilizado era o de que em um país com uma população de 14.333.915 pessoas, segundo dados de 1890, 600.000 escravos era uma quantidade razoavelmente pequena. Ora, insiste o narrador, ao dar voz aos escravizados:

As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou o leitor trouxer uma enxada às costas, ou um guarda-chuva debaixo do braço. Vendo as coisas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente. (ASSIS, 2009, p. 48)

Essa reflexão parece ter sido retomada por Machado, em parte, no capítulo XVIII de *Quincas Borba* (1891): “Tão certo é que a paisagem depende do ponto de vista, e que o melhor modo de apreciar o chicote é ter-lhe o cabo na mão” (ASSIS, 1973, p. 24). A coincidência das imagens em plataformas diferentes indica a preocupação de Machado com a questão: vista com um chicote na mão e um guarda-chuva debaixo do braço, a discussão sobre a escravidão parece, de fato, “uma discussão vazia de sentido”; para os que levam uma enxada, no entanto, o caso é outro.

Ainda nesse sentido – lembraria John Gledson –, para Machado “a abolição não é um movimento da escuridão para a luz, mas a simples passagem de um relacionamento econômico e social opressivo para outro” (GLEDSON, 2003, p. 145). Dessa forma, feita a Abolição, restaria pensar em todo o resto. Quer dizer, na ausência de reformas que permitissem efetivamente a inserção dos ex-escravizados na sociedade, as coisas vistas da enxada (agora manuseada por um salário medíocre) continuariam diferentes. Focalizar essas discussões era, para Machado, uma necessidade muitas vezes ignorada.

Na literatura brasileira dos séculos seguintes essa crítica é retomada por vários escritores, demonstrando a pertinência do olhar machadiano. Tanto literatos que fizeram uma literatura afro-brasileira (DUARTE, 2010), como Lima Barreto e José do Nascimento Moraes, como outros, a exemplo de José Lins do Rego, focalizaram, de algum modo, a questão. Segundo Lília Schwarcz (D'ANGELO, 2017), Lima Barreto, por exemplo, “achava que os negros só poderiam ser socialmente integrados através da luta e do constante incômodo. Por isso, denunciava que a escravidão não acabou com a abolição, mas ficou enraizada nos menores costumes mais simples”. Esse debate aparece também na pena de José do Nascimento Moraes, sobretudo em livros como *Vencidos e degenerados* (1915). Nesse romance, a “ação tem início em 13 de maio de 1888 e se estende pelas décadas seguintes a fim de narrar a permanência da mentalidade derivada da escravidão” (DUARTE, 2010, p. 133). No livro de estreia de José Lins do Rego, *Menino de Engenho* (1932), as permanências são muito mais acentuadas do que as rupturas. No final do capítulo 22, lemos: “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as suas negras parindo, as boas amas-de-leite e os bons cabras do eito” (REGO, 1956, p. 88).

Na crônica do dia 11 de maio de 1888, como nas seguintes, o tema é, conforme mapeado por John Gledson (2003, p. 150-160), “o quadro definitivo do ponto de vista do narrador sobre a abolição e da própria escravidão”. Além disso, nos parece que essa crônica, tal como a primeira da série, é absolutamente importante na compreensão do que chamamos de “sistema produtor de significação”, sistema esse que Machado mobiliza para propor um diálogo crítico e interventivo com o seu público. O narrador começa a crônica com uma interessante reflexão:

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso (ASSIS, 2009, p. 56).

Dois são os aspectos a serem destacados no trecho acima. Em primeiro lugar, o narrador nos apresenta uma crítica importante em relação à reação da população diante do evento da Abolição. Em segundo, ele apresenta um processo de racionalização do movimento político da Abolição absolutamente consistente com o momento sócio-político.

Em relação ao primeiro aspecto, o narrador diz que toda gente “aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa”

(ASSIS, 2009, p. 56). É nesse sentido, pois, que John Gledson (2003, 149-150), ao analisar a crônica do dia 19 de maio – que guarda uma forte relação temática com a crônica do dia 11 de maio, por serem as crônicas mais próximas da Abolição –, insiste que, para Machado, “Trata-se, em vez disso (de uma defesa ou aceitação dos argumentos escravistas), de uma rejeição do ingênuo entusiasmo abolicionista”. A rejeição, por parte de Machado, ao que John Gledson qualifica de uma postura ingênua, aparece límpida na primeira frase do trecho. De certo modo, o que Machado sugere é que esse entusiasmo poderia, em última instância, obliterar questões importantes, que versavam, por exemplo, sobre a inserção dos ex-escravizados em uma nova dinâmica social e, como analisado anteriormente, nas permanências derivadas da escravidão.

Mais à frente, o narrador sugere que é preciso arrancar aos “fatos uma significação”, i.e., significação, nesse caso, é produção de significados, ou seja, o que o narrador propõe é que busquemos os múltiplos significados (a significação) dos fatos (no caso a Abolição) e depois uma opinião; e não o que geralmente se faz, i.e., aplaudir ou censurar sem refletir verdadeiramente sobre as causas e consequências das decisões políticas de amplo alcance.

De todo modo, embora apresente um processo de racionalização absolutamente interessante, o narrador opta por uma perspectiva diversa. Como já demonstrou Ivanete Soares (2010, p. 35), ao analisar as estratégias discursivas adotadas por Machado nas crônicas de *Bons Dias!*, existe “uma ambiguidade estrutural geradora de uma tensão entre narrador e enunciador”. Ou seja, embora no nível do enunciado “O narrador se autocaracteriza como um homem culto, dado à reflexão, solidário e sociável. (...) no nível da enunciação, mostra-se como um indivíduo hipócrita, interesseiro, demagogo, superficial, trapaceiro e, principalmente, arrogante e prepotente” (SOARES, 2010, p. 35). Assim, mesmo que o narrador aponte um caminho pertinente para se pensar o processo político da abolição (ou seja, buscar compreender os múltiplos significados implicados no processo como um todo, suas causas e consequências), ele não o percorre – ou, pelo menos, não o explora de modo efetivo.

Após a crítica e a proposição de uma racionalização, o narrador diz que apesar de gostar da liberdade, acha também legítimo o direito à propriedade:

Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos (ASSIS, 2009, p. 57).

No começo da crônica do dia 11 de maio, o narrador caracteriza a si mesmo como um homem “sagaz”: “Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população” (ASSIS, 2009, p. 56); diz agora que em relação à Abolição encontrou a “opinião racional e os seus fundamentos”. Porém, a “opinião racional e seus fundamentos” encontrados por ele é de uma banalidade risível. Depois de contar o caso de escravizados que, após fugirem, eram contratados por um “bom salário” por outros fazendeiros, o narrador assume o ponto de vista mais simplista possível, que é o da luta pela vida; diz ele:

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo (ASSIS, 2009, p. 57).

A questão da luta pela vida aparecerá em vários outros textos de Machado de Assis, como, por exemplo, no conto *Pai contra Mãe*. No entanto, ao contrário desse conto, em que a luta pela vida assume uma dimensão explícita de sobrevivência (para que seu filho sobrevivesse foi preciso que o filho da mulher escravizada morresse), na crônica que analisamos, “lutar pela vida” é, em todos os sentidos, lutar “pelo *meu* modo de vida”, ou seja, os pontos de vista ficcionais que Machado mobiliza e que se materializam nos narradores da série (Policarpo/Bons Dias) coincidem com um ponto de vista essencialmente aristocrático que, todavia, revela no seu avesso todas as suas ambiguidades e contradições: lutar pela vida é lutar para manter, da melhor forma possível, o seu *status* numa ordem social em transição. Desse modo, no final das contas o que importava mesmo era estar do lado dos vencedores. Vencedores esses que eram menos os escravizados, cujo cativo durava séculos, e mais aqueles que, mesmo com a mudança no sistema de trabalho, continuariam com chicote e com o guarda-chuva nas mãos.

Por outro lado, o narrador deixa antever ainda certa implosão (ou reorganização) da classe senhorial: já que é “rompida a solidariedade do direito comum”, i.e., dado que a classe senhorial perdia sua unidade de mentalidade (fazendeiros contratando escravizados fugidos de outros fazendeiros), a questão ganhava em complexidade, visto que para “sobreviver” nessa nova ordem social seriam necessárias estratégias e agentes diferentes, mas não dessemelhantes: “Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo” (ASSIS, 2009, p. 57). Em outras palavras: muda-se o sistema de trabalho, muda-se as mãos que trazem o chicote, mas a relação de dominação

permanece. A saída do narrador é risível e simplista por que não é uma saída, mas apenas uma reorganização confortável de um sistema de trabalho cuja essência permaneceria a mesma; como nos lembraria Lampedusa, em *O Leopardo* (1958): “Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude”. Por fim, é possível insistir que essa ruptura abrupta de coerência por parte do narrador é mobilizada por Machado para provocar no leitor certa inquietação sobre a permanência de traços aristocráticos na vida social.

O final desta crônica também é particularmente interessante e acentua as questões apresentadas anteriormente. Depois de uma discussão sobre algumas ações de João Clapp, presidente da Confederação Abolicionista, a discussão passa a ser sobre a República. “Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar”, perguntam ao narrador. “- Vejo; creio que é um papagaio”, responde ele. “-Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?”. O narrador diz que não, e que “a respeito de governo, [está] com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal”. Responde-lhe então o seu interlocutor:

- Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a Monarquia, ao menos com a República, aquilo que dizia o Rio-Post de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

- Não.

- Não sabe alemão?

E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

- Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.

- Mas que quer isto dizer?

- Que é deste último tronco que deve brotar a flor.

- Que flor?

- As

Boas noites. (ASSIS, 2009, p. 58-59)

Depois de ter certeza que o narrador não sabia alemão, o seu interlocutor, como vimos, lhe disparou na cara uma “algaravia do diabo”.<sup>4</sup> John Gledson lembra que mesmo os leitores que não

---

<sup>4</sup> “Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist”, que em português (tradução-livre) ficaria assim: “É muito fácil provar a você que o Brasil é menos uma Monarquia Constitucional do que uma Oligarquia Absoluta”.

soubessem alemão não teriam muita dificuldade em compreender a frase, já que termos como *Brasilien*, *konstitutionelle Monarchie* e *absolute Oligarchie* dão alguns indícios de seu sentido. O que parece ter ficado claro, pelo menos a Machado, é que o Brasil seria menos uma Monarquia Constitucional e mais uma Oligarquia Absoluta; e que, além disso, seria desse último galho (Oligarquia) que a (flor da) República nasceria.

O essencial nas passagens anteriores é perceber que embora a perspectiva analítica apareça, no começo da crônica, como sugestão do narrador, é um outro ponto de vista ficcional que consegue problematizar as questões de forma sistemática e coerente. Se nossa hipótese sobre o processo de racionalização do narrador é correta – ou seja, se de fato é pertinente uma busca pelos múltiplos significados (significação) dos fatos (no caso a Abolição) para sustentar, depois, uma opinião, seja ela qual for –, é vital perceber que embora o narrador não faça isso (“em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor”), o autor, quer dizer, Machado de Assis, faz.

Machado problematiza a questão da Abolição e do Movimento Abolicionista ou acrescentando outro ponto de vista ficcional na narrativa, que constrange o narrador profundo e sagaz, como na crônica de 11 de maio de 1888; ou, de modo mais amplo, através da própria construção e organização temática das crônicas da série, que vai lentamente problematizando alguns pontos-chaves do processo político da Abolição e do pós-abolição. Lembremos, nesse sentido, a temática das dez primeiras crônicas indicadas por John Gledson: 1º e 2º: paradoxo da escolha de um governo conservador para promover o que era uma medida liberal; 3º: empréstimo e escravidão; 4º: o fim inevitável da escravidão; 5º: interlúdio cômico (3 de maio); 6º, 7º e 8º: “quadro definitivo do ponto de vista do narrador sobre a abolição e da própria escravidão”. (GLEDSON, 2003, p. 150-160)

De modo geral, como sugerido por John Gledson, todos os temas giram (em maior ou menor grau, de forma mais ou menos direta) em torno da Abolição. Propomos então, a partir das análises que fizemos até aqui e das que se seguem, uma outra caracterização temática das crônicas que, nesse sentido, refletiriam a tentativa deliberada de Machado de problematizar, de modo sutil e dissimulado, a questão da Abolição e suas consequências a partir de suas múltiplas significações. As temáticas abordadas por Machado são a ausência de princípio dos partidos (5 e 12 de abril e 4 de maio); os interesses ocultos no processo abolicionista (5 de abril e 11 de maio); a não visualização da escravidão como um problema estrutural, cujas consequências estavam entranhadas nas relações



sociais (19 de abril e 19 de maio); o caráter cômico de uma elite escravocrata que buscava assumir, simbolicamente, as rédeas do processo (19 de maio); o pós-abolição e suas implicações (27 de abril e 11 de maio); o caráter cômico e perturbador de um processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado em que, de fato, pouca coisa parecia mudar (19 de abril e 19 de maio) e o processo político da abolição de 1871 a 1888 (20-21 de maio).

Esse é, num certo sentido, o escritor Machado de Assis instigando os seus leitores a buscarem nos fatos, significações, i.e., a lerem os eventos a contrapelo, levando em conta o processo histórico de constituição de dinâmicas políticas, sociais e econômicas com implicações efetivas na organização social. Logo, nada mais natural do que Machado relativizar (no sentido forte do termo de pôr em relação) a Abolição.

Quando analisada do ponto de vista sócio-histórico, como fez Machado através de sua literatura, a Abolição de uma prática secular por dois artigos (Art. 1.º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2.º: Revogam-se as disposições em contrário (BRASIL, 1888)) não poderia deixar causar certa estranheza. Como sustenta John Gledson (2003, p. 159), para Machado de Assis “os efeitos da escravidão (...) eram demandas profundas para serem ‘abolidas’ por uma lei”. O crítico inglês diz ainda, como temos visto também aqui, que Machado temia que a euforia pública (provocada pela aprovação da lei) alimentasse a ilusão de que todos os problemas estavam sanados

Nas crônicas seguintes, dos dias 19 de maio de 1888, 20-21 de maio de 1888 e 27 de maio de 1888, Machado realiza uma mudança significativa do ponto de vista da construção das crônicas. Até então, o multiperspectivismo temático, característica constitutiva do gênero, era bastante utilizado. Embora as crônicas tivessem um fio condutor, este era interposto por várias temáticas que, em alguns casos, pareciam desconectadas, dificultando o entendimento do texto. As crônicas seguintes, no entanto, são crônicas que funcionam como contos. Ou seja, Machado adota uma estrutura discursiva que possibilita a centralização do texto em uma narrativa linear, cujo tempo evolui, a partir de personagens e de um cenário bem delimitado. Embora ainda sutil, a temática dessas crônicas e os problemas discutidos ali são de muito mais fácil visualização.

A primeira dessas crônicas é a do dia 19 de maio de 1888. Segue um trecho:

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário

for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. (ASSIS, 2009, p.62)

A crônica é absolutamente interessante. Em primeiro lugar, o narrador diz que pertence a “uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto” e que “toda a história desta Lei de 13 de maio já estava por [ele] prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, [tratou] de alforriar um molecote que tinha” (ASSIS, 2009, p.62).

Ora, parece meio tarde (uma semana antes) para acompanhar as “ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, [e restituir] a liberdade ao [seu] escravo” (ASSIS, 2009, p. 62). Sobretudo se, abstraído os dezoito séculos de Cristo, lembrarmos que desde pelo menos 1870, com o fim da guerra de Secessão nos EUA e com a Lei do Ventre Livre (1871, data do nascimento de Pancrácio), já se sabia que a escravidão acabaria em algum momento no Brasil. Esse reconhecimento tardio não deixa de ser, portanto, irônico. O que mais surpreende é que a despeito da liberdade concedida, nada parece de fato mudar (o vínculo de dependência e gratidão permanece):

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos. (ASSIS, 2009, p. 63)

O objetivo de tudo, se esclarece no fim, é manter a relação de dominação (esses “estados naturais”), ou seja, parece que situação não mudaria muito do ponto de vista da organização da dinâmica social do trabalho: as coisas continuaram a ser vistas de modo diferente a partir do guarda-chuva ou da enxada. A situação é acrescida, aqui, de um novo benefício: “O meu plano está feito; quero ser deputado” (ASSIS, 2009, p. 64).

Como sugere Chalhoub (1990), o caráter cômico da crônica é reforçado ainda pela improbabilidade da cena. Segundo o historiador, é muito pouco provável que um escravo urbano, como Pancrácio, reagisse desse modo à liberdade em 1888. Machado estaria alegorizando, nesse caso, o ficcional controle que alguns senhores de escravos demonstravam (ou esperavam) ter da situação e a hipocrisia implicada em alguns de seus atos. Na crônica do dia 1 de junho de 1888 o caráter cômico de uma elite aristocrática que buscava “ir a Glória sem pagar o bonde” é acentuado. A cena se passa em um almoço entre amigos:

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates.... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. (ASSIS, 2009, p.75)

Já a crônica do dia 20-21 de maio de 1888 foi publicada originalmente na *Imprensa Fluminense* e depois identificada por John Gledson como pertencente à série *Bons Dias!*. Nessa crônica, Machado discute o processo político da abolição utilizando uma estrutura religiosa:

Algumas pessoas pediram-me a tradução do evangelho que se leu na grande missa campal do dia 17. Estes meus escritos não admitem traduções, menos ainda serviços particulares; são palestras com os leitores e especialmente com os leitores que não têm o que fazer. Não obstante, em vista do momento, e por exceção, darei aqui o evangelho, que é assim (...) (ASSIS, 2009, p. 65)

A crônica (ou o evangelho) continua por 28 itens. Cada item, de modo irônico, mas exato, alegoriza o processo político da Abolição, desde a Lei do Ventre Livre (1871) até a debandada de políticos como Antônio Prado (1840-1929) e João Alfredo para o lado dos abolicionistas. Em *Ficção e História*, John Gledson analisa cada um dos itens e reconstrói o processo do ponto de vista indicado por Machado. O que gostaríamos de destacar aqui são os “versículos” 16, 17, 18, 19, 20 e 21.

16. Unidos os sete, disse João Alfredo: Sabeis que vim libertar os escravos do mundo, e que esta ação nos há de trazer glória e a amargura; estais dispostos a ir comigo?

17. E respondendo todos que sim, disse um deles por parábola, que no ponto em que estavam as coisas, melhor era cortar a perna que lavar a úlcera, pois a úlcera ia corrompendo o sangue.

18. Mas, ficando João Alfredo pensativo, disseram os outros entre si: Que terá ele?

19. Então o mestre, ouvindo a pergunta, disse: Prevejo que há de haver uma consulta de sacerdotes e levitas, para ver se chegam a compor certo unguento, que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temas nada, ele não será aplicado.

20. E como perguntassem alguns qual era a composição desse unguento, o discípulo Viana, mui lido nas escrituras, disse:

21. Está escrito no livro de Elle Haddebarim, também chamado Deuteronomio, que quando o escravo tiver servido seis anos, no sétimo ano o dono o deixe ir livre, e não com as mãos abanando, senão com um alforje de comida e bebida. Este é de certo o unguento lembrado, menos talvez o alforje e os seis anos. (ASSIS, 2009, p. 67-68)

Essa história pouco convencional do processo político da Abolição, lança luz em ângulos até então muito mal iluminados. Esse trecho, por exemplo, explicita o objetivo da subida do Gabinete de João Alfredo: fazer a Abolição. No entanto, “no ponto em que estavam as coisas” (ASSIS, 2009, p. 68), ou seja, dada a violência que caracterizou a terceira fase do Movimento Abolicionista, o melhor seria “cortar a perna que lavar a úlcera” (ASSIS, 2009, p. 68), i.e., o melhor seria uma Abolição imediata e sem indenização aos senhores de escravos. O mestre (João Alfredo) diz então que haverá um certo unguento “que os levitas aplicarão na úlcera; mas não temas nada, ele não será aplicado” (ASSIS, 2009, p. 68). O unguento, explica mais a frente (Ferreira) Viana, é um “um alforje de comida e bebida” (ASSIS, 2009, p. 68) que, todavia, como dito pelo mestre, não será aplicado, ou quem sabe seja, “menos talvez o alforje e os seis anos” (ASSIS, 2009, p. 68). Naturalmente, o alforje alegoriza um conjunto de medidas que facilitaria a inserção dos escravizados na sociedade dita livre. Medidas essas que não foram adotadas e, segundo o mestre, nem mesmo chegaram a ter sua aplicação realmente cogitada.

Como temos visto, a preocupação de Machado com o processo político da abolição e com o pós-abolição é um tema muito presente. Na crônica do dia 27 de maio de 1888, esses temas são explorados através da discussão sobre a República. O assunto é apresentado através de um diálogo entre o Meteorito de Bendegó e o comandante Carvalho. Depois de escutar algumas ideias sobre federalismo de Carvalho, o meteorito diz que “não entende muito essa constituição dos Estados Unidos com um Imperador” (ASSIS, 2009, p. 72). Não há contradição alguma, explica Carvalho: a constituição dos EUA não comporta um Imperador por uma questão de clima, “Ninguém se admira, por exemplo, de que lá se fala inglês e aqui português. Pois é mesma coisa” (ASSIS, 2009, p.72). Esse debate sobre a constituição dos EUA aparece na série logo após o 13 de maio. Isso se dá porque abolida a escravidão, a República parecia, pelo menos para Machado, cada vez mais próxima. Nesse sentido, a discussão sobre qual modelo republicano adotar (matriz americana, francesa, positivista, etc.) ganha força nesse contexto. Os EUA aparecem, portanto, como um modelo muito próximo.

E nosso amigo não lhe ocultou nada; confiou-lhe que andam por aí ideias republicanas, e que há certas pessoas para quem o advento da república é certíssimo. Chegou a ler-lhe um artigo da *Gazeta Nacional*, em que se dizia que, se ela já estivesse estabelecida, acabada estaria há muitos anos a escravidão.

Nisto o meteorito interrompeu o companheiro, para dizer que as duas coisas não eram incompatíveis: por que ele antes de ser meteorito fora general nos Estados

Unidos – e general do Sul, por ocasião da guerra de secessão, e lembra-se bem que os Estados Confederados, quando redigiram a sua constituição, declararam no preâmbulo: “A escravidão é a base da constituição dos Estados Confederados”, lembra-se também que o próprio Lincoln, quando subiu ao poder, declarou logo que não vinha abolir a escravidão...” (ASSIS, 2009, p. 72-73)

Para John Gledson (2003), a “lembrança” de que não necessariamente uma República implicaria na adoção imediata de outras formas da organização social é um ponto chave. Se lembramos ainda que o público a quem Machado se dirige é formado, sobretudo, por abolicionistas que viam na República uma saída evidente para todos os problemas, as questões levantadas por Machado e seu o “sistema produtor de significação” se esclarecem. O que Machado tem feito até aqui não é, de modo algum, criticar a Abolição, mas problematizar um ingênuo entusiasmo abolicionista que poderia obliterar questões importantes.

Dessa forma, o fato de a série ser publicada em um jornal republicano e começar quando a Abolição se tornou uma realidade, nos permite explorar, ainda, outra possibilidade. Como os abolicionistas eram, em grande medida, republicanos, o que Machado estaria problematizando, afinal de contas, é um ingênuo entusiasmo republicano. Quer dizer, Machado de Assis tem mostrado que a escravidão é um problema demasiadamente profundo para ser abolido por uma lei ou pela instalação de um novo regime de governo. Portanto, a ideia de que se a República “estivesse estabelecida, acabada estaria há muitos anos a escravidão” (ASSIS, 2009, p. 73) soa, para Machado, como uma enorme ingenuidade. A escravidão poderia acabar do ponto de vista legal, e desde muito tempo já se sabia que ela acabaria, mas enquanto uma instituição que durante séculos organizou as dinâmicas sociais, políticas etc., a “força da escravidão” (CHALHOUB, 2012) permaneceria. Nesse sentido, como temos visto, um ingênuo entusiasmo abolicionista e republicano só serviria para desfocar questões importantes.

### **Considerações Finais: Machado de Assis e seu sistema produtor de significação**

Como temos insistido, a literatura é o principal instrumento que Machado mobiliza para intervir no debate público sobre as dinâmicas políticas e sociais de seu tempo. Por ser assim, é também através das estratégias discursivas, da mobilização de temáticas, da construção de pontos de vistas narrativos, enfim, do próprio trabalho com a linguagem e com os procedimentos estéticos, que Machado toma partido. No entanto, tendo em vista movimentos como o Abolicionismo e o Republicanismo, tomar partido não implica, de nenhum modo, numa adesão entusiasmada. Muito

antes pelo contrário. A intervenção de Machado se dá de forma crítica, problematizadora. Para usar a belíssima imagem construída por Chalhoub (2003), Machado de Assis é um historiador. Quer dizer, Machado olha para dinâmicas de seu tempo, lendo-as a contrapelo, levando em conta o processo histórico de constituição dessas dinâmicas.

Nesse sentido, é notável o processo de construção da série *Bons Dias!*. Em momento algum Machado oferece alguma resposta sobre os dilemas do Brasil do século XIX. Mesmo por que, em se tratando de literatura, essas respostas não poderiam deixar de ser sempre parciais, sujeitas a leituras várias e interpretações diversas. A estratégia de Machado é, portanto, a de transferir para o leitor a tarefa de construir em articulação com o contexto os múltiplos significados esboçados pelo texto da série. Dessa forma, *Bons Dias!* funciona como um caleidoscópio: na medida em que se lê as crônicas da série, diversos aspectos do processo político da abolição nos são apresentados. Cabe ao leitor identificá-los, associá-los e construir por si mesmo uma leitura particular. O sistema produtor de Machado de Assis é, assim, um sistema que não se fecha em um significado único – que poderia ser, por exemplo, uma adesão ou repulsa total a qualquer desses eventos. Machado prefere ler essas questões por vários ângulos.

Isso não implica, porém, que ele fosse indiferente a tudo. Como indica Barthes (2007, p. 21), ninguém pode “escrever sem tomar apaixonadamente partido”. A questão era não perder de vista que a abolição legal da escravidão no último país do Ocidente, sobretudo do modo como ocorreu, era ainda muito pouco. Acreditar que uma Lei ou a mudança de regime apagaria todas as marcas que a escravidão provocou era, para Machado, de uma ingenuidade inaceitável. A retomada desses temas já no século XX e a reverberação dessas críticas na escrita de vários outros literatos mostram a pertinência do olhar machadiano.

De qualquer modo, no calor dos acontecimentos, diante de tanta violência e desumanização, talvez literatos como Hemetério José dos Santos preferissem um Machado de Assis panfletário, militante, que expressasse objetivamente suas insatisfações e seu ponto de vista sobre essas questões – e não um mestre estilista que recorre a “revelações semânticas subjacentes” (BETELLA, 2006, p. 23). Para Montello (1998, p. 76), nesse sentido, “Hemetério se manteria distante de Machado de Assis, com a queixa que dele teriam outros negros: o retraimento na campanha da Abolição”. No entanto, insistimos, não se trata de retraimento na campanha abolicionista, mas apenas de uma articulação em outra arena de debate e a partir de outras

estratégias de atuação. Se essa estratégia foi mais ou menos eficaz é outra questão. O que nos interessa aqui é compreender esse passado com toda sua complexidade.

Desse modo, um Machado de Assis militante e engajado definitivamente não existe. Querer vê-lo no passado é projetar naquele tempo valores de hoje. Todavia, não reconhecer suas contribuições é desconsiderar o caráter multifacetado das configurações dos modos de intervenção dos vários sujeitos que atuaram, de alguma forma, na campanha abolicionista. Nessa perspectiva, a presença de Machado nos debates sobre Abolição, República etc., mesmo sutil e dissimulada, merece ser compreendida na sua inteireza. Quando isso ocorre, não só compreendemos melhor Machado de Assis e sua literatura, mas também a complexidade que caracterizou aquele tempo.

#### Referências bibliográficas:

- ALONSO, Ângela. Entrevista com Ângela Alonso. Entrevistadores: Felipe Silveira de Oliveira Malacco e Gislaine Gonçalves Dias Pinto. **Temporalidades – Revista de História**, Edição 25, v. 9, n. 3 (set./dez. 2017).
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Bons Dias! (1888-1889)**. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec/Editora Unicamp, 1990.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Correspondência de Machado de Assis: tomo III, 1890-1900**. Coordenação e orientação Sergio Paulo Rouanet; reunida, organizada e comentada por Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Esaú e Jacó**. Biografia, vocabulário, comentários, bibliografia por Leticia Malard. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Helena**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc Editores, 1959.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Iaiá Garcia**. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson Inc Editores, 1959.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memorial de Aires**. São Paulo: Globo, 1997.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1992.
- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Quincas Borba**. 2º ed. São Paulo: Ática, 1973.
- BARTHES, Roland. **Crítica e verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. **Bons dias! O funcionamento preciso da inteligência em terra de relógios desacertados: as crônicas de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. Machado de Assis enfrenta tragédias e farsas na crônica: a reflexão crítica de Bons Dias!. **Revista Letras**, Curitiba, n. 62, p. 11-25. jan./abr. 2004. Editora UFPR. p. 11- 25.



- BOSI, Alfredo. Raymundo Faoro leitor de Machado de Assis. **Estudos avançados**, n. 18 (51), 2004, p. 355-376.
- BRASIL. **Lei n. 3.353, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1888. Parte I. Tomo XXXV, p. 1.
- CALDWELL, Helen. **O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro**. São Paulo: Ateliê, 2002.
- CANDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antônio et. al. **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. A crônica machadiana: problemas de interpretação, temas de pesquisa. **Remate de Males**, v. 29(2), p. 231-246, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- D'ANGELO, Helô. Lima Barreto e o racismo do nosso tempo. **Revista CULT**, 11 de maio de 2017. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/lima-barreto-e-o-racismo-do-nosso-tempo>. Acesso em 23/06/2018.
- DUARTE, Eduardo de Assis. A capoeira literária de Machado de Assis. **Machado de Assis em Linha**, v. Ano 2, 2009.
- DUARTE, Eduardo de Assis. **Por um conceito de literatura afro-brasileira**. Terceira Margem. Rio de Janeiro, Número 23, p. 113-138, julho/dezembro 2010, 113-138.
- DUARTE, Eduardo de Assis. (Org.). **Machado de Assis afro-descendente**. Rio de Janeiro; Belo Horizonte: Pallas; Crisálida. 2009.
- FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional; Secr. Cult. Ciência e Tecn, Est. S. P. P., 1976.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro**. 5 ed. Porto Alegre: Globo, 1979. v. 1.
- GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GLEDSON, John. **Por um novo Machado de Assis: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MATTOS, Mário. **Machado de Assis: o homem e a obra - os personagens explicam o autor**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1930.
- MAYER, Augusto. **Machado de Assis**. Porto Alegre: Globo, 1935.
- MOISÉS, Massaud. **A criação literária**. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.
- MONTELLLO, Josué. **Os inimigos de Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

- OLIVER, Élide Valarini. A poesia de Machado de Assis no século XXI: revisita, revisão. In: **1º Concurso Internacional Machado de Assis. Ensaios premiados: a obra de Machado de Assis**. Ministério das Relações Exteriores, 2006. p. 119-178.
- PEREIRA, Lucia Miguel. **Machado de Assis: estudo crítico e biográfico**. 6 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.
- PESAVENTO, Sandra. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto *O Alienista*, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**, v. 16, n. 31 e 32, p. 108.118, 1996.
- PINHEIRO, Marta Passos. Machado de Assis cronista: “bons dias!” no avesso da república. **Rev. Let.**, São Paulo, v. 52, n. 2, p. 133-145, jul. /dez. 2012.
- PIZA, Daniel. **Machado de Assis: um gênio brasileiro**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.
- REGO. José Lins do. **Menino de Engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- ROCHA, João Cezar de Castro. **Machado de Assis: Por uma poética da emulação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ROMERO, Sílvio. **Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- SANTIAGO, Silviano. Retórica da Verossimilhança. In: SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHNEIDER, Alberto Luiz. Sílvio Romero e Machado de Assis: leituras e dissensos do fim do Oitocentos. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, São Paulo, v. 2, n. 2 [3], p. 49-67, 2016.
- SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
- SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.
- SOARES, Ivanete Bernardino. **A dimensão discursiva e estratégica das crônicas da série Bons Dias!, de Machado de Assis**. 2010. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- TRÍPOLI, Mailde Jerônimo. **Imagens, máscaras e mitos: o negro na literatura brasileira no tempo de Machado de Assis**. 1997. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem, Campinas, 2010.